

Recessão de 83 não seguiu inflação

GLEISE DE CASTRO

Assim como agora, a recessão de 1981 a 1983 não conseguiu derubar a inflação. O País entrou em 1981 com 114% ao ano e fechou 1983 com 211%. Em 1983, como agora, o governo brasileiro assinou uma carta de intenção com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Seguida de outras seis, até 1985, porque as metas estouraram e a sétima foi rejeitada pelo Fundo.

Só que, ao contrário de agora, no período de 1981 a 1983, se podia creditar a recessão a causas externas, como o segundo choque do petróleo, de 1979, e o esgotamento das fontes externas de financiamento. "Apesar de prolongada, a recessão de 1981 a 1983 parece suave em relação à atual", diz René Aduan, diretor-financeiro do Banco Real. Na época, lembra, o País tinha pelo menos uma política salarial, com uma reposição prefixada de 80% da inflação. Agora nem isso. A corrosão dos salários pela inflação faz o mercado encolher mais ainda.

Na verdade, o País vive em re-

cessão há mais de uma década, como nota Emilio Alfieri, assessor-econômico da Associação Comercial de São Paulo. Os congelamentos dos sucessivos choques heterodoxos, diz, só produziram alívios temporários

e se mostraram ineficazes. Para Alfieri, o método ortodoxo é o único capaz de acabar com a inflação. Só que, no Brasil, diz, o grande nó é o controle das finanças públicas.

"O governo tem de parar de

emitir moeda, ou seja, acabar com o déficit público, equilibrando receitas e despesas", afirma Alfieri. Até agora, diz, só ficamos na recessão, um efeito colateral do aperto na política monetária, que acaba sempre sendo feito pela metade. "O que depende do sacrifício da sociedade, bem ou mal acaba sempre sendo adotado, mas o governo nunca faz a parte dele." A carta de intenção aprovada pelo FMI, diz, não passa de um conjunto de promessas. "Temos de analisar os fatos e não só as propostas." O governo, lembra, prometeu não aumentar a base monetária no ano passado, por exemplo, mas emitiu cerca de 300%.

Para René Aduan, se as dificuldades que o País enfrenta agora consistirem numa fase de transição para o gradual combate à inflação, desde que o governo contenha seus gastos e cumpra as metas assinadas com o FMI, o saldo será positivo. "Se não, a recessão terá sido burra e voltaremos aos ciclos de choques, que também nada resolvem."

O tamanho da quebradeira

Falências e concordatas requeridas na cidade de São Paulo

Período	Falências	Concordatas
Janeiro/91	435	23
Fevereiro	490	9
Março	491	7
Abril	571	4
Maio	499	5
Junho	494	7
Julho	516	9
Agosto	591	11
Setembro	506	12
Outubro	587	22
Novembro	691	53
Dezembro	712	56
Totais	6.583	218
Janeiro/92*	740	38

Fonte: Associação Comercial de São Paulo. (*) Estimativa.